

**ANEXO - PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021****Do cargo**

<b>Nome do cargo:</b>	Auditor-Chefe
<b>Nível do cargo:</b>	FCE 1.13
<b>Unidade de atuação:</b>	Auditoria Interna
<b>Previsão Legal do Cargo:</b>	Anexo II do Decreto 12.160, de 2 de setembro de 2024.

**Requisitos legais:**

<b>Gerais</b>	<p>Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021 (Art. 9º) e Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021 (Art. 15):</p> <p>Art. 15 - São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional:</p> <p>I - idoneidade moral e reputação ilibada;</p> <p>II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p> <p>III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no <a href="#">inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</a>.</p> <p>Parágrafo único. Os ocupantes de cargos em comissão e de funções de confiança informarão imediatamente a superveniência da restrição de que trata o inciso III do caput à autoridade responsável por sua nomeação ou sua designação.</p>
<b>Específicos</b>	<p>Decreto Lei nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (Art. 18):</p> <p>Art. 18 - Os ocupantes de CCE ou de FCE de níveis 12 a 14 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>

**Das responsabilidades**

<b>Principais atribuições:</b>	<p>Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022 (Art. 13).</p> <p>Art. 13 - À Auditoria Interna compete:</p> <p>I - proceder ao controle interno, fiscalizar e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da Fundação Cultural Palmares - FCP;</p> <p>II - assessorar o Presidente no cumprimento dos objetivos institucionais da FCP, prioritariamente, na supervisão e no controle interno administrativo;</p> <p>III - realizar auditorias e emitir relatório sobre a execução física e financeira e os</p>
--------------------------------	---

	<p>resultados obtidos na aplicação dos recursos, relativamente aos programas e às ações sob responsabilidade da FCP;</p> <p>IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da FCP e sobre as tomadas de contas especiais;</p> <p>V - editar as normas e estabelecer as diretrizes da área da Auditoria Interna, em conjunto com as demais unidades da FCP;</p> <p>VI - acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; e</p> <p>VII - elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna da FCP.</p>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho:</b>	A atuação gerencial envolve a coordenação da Assessoria Técnico Especializada e demais servidores que se encontram lotados na Unidade.
<b>Dos requisitos desejáveis</b>	
<b>Formação:</b>	<p>Possuir formação acadêmica superior, ser aprovado no concurso público. Ressalta-se que de acordo o art. 5º Decreto nº 3591, de 06 de setembro de 2000, “A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União. <a href="#">(Redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 2002)</a>”</p>
<b>Experiência:</b>	Trata-se de cargo que exige conhecimento multidisciplinar, portanto, os conhecimentos ligados à missão e as atividades desempenhadas pela entidade favorecem o exercício do cargo.
<b>Competências:</b>	O cargo requer capacidade de comunicação com agentes políticos de alto escalão, integridade profissional, proatividade, capacidade de articulação e de resolver problemas, experiência profissional na administração pública, orientação para os resultados, visão sistêmica, compartilhamento de informações e conhecimentos, liderança de equipes e gestão de pessoas.
<b>Outros Requisitos:</b>	Outras trajetórias e experiências profissionais que possam potencializar o desempenho no cargo e outros requisitos porventura relevantes.